

MAQUIAVEL - ENTRE O ÉTICO E O POLÍTICO

LARISSA GUIMARÃES VALENTIM*

Nicolau Maquiavel, humanista, nascido a 3 de maio de 1469 em Florença, cidade da qual fora chanceler durante boa parte da sua vida política, e falecido na mesma cidade em 21 de junho de 1527, é reconhecido como o precursor da ciência política moderna.

Por muitos anos o autor fora evocado desde os discursos políticos até no cotidiano do povo de forma, se não errônea, no mínimo equivocada. Associa-se, com frequência, Maquiavel ao substantivo maquiavelismo e ao adjetivo maquiavélico de forma a aludir um sujeito com pretensões a atos que transgridam a ética e a moral dos homens.

Tão logo nota-se o entendimento que se tornou senso comum ao longo do tempo a respeito desse autor, cujo verdadeiro ideal político ficou, por anos, restrito nas entrelinhas mal interpretadas de seus textos. Por pouco não se deixou permanecer na história a visão de que Maquiavel defendia um Estado inescrupuloso, que, ardiloso, não respeitaria leis e tratados sociais. Entretanto o autor não se referia a essas condições ao propor um príncipe astuto na política; muito pelo contrário: estava descrito no livro *O Príncipe* um governante astuto, no sentido de ser sábio e forte capaz de mediar os conflitos civis objetivando manter-se no poder. De forma que Maquiavel propôs a análise de um Estado pautado na veracidade da condição humana, podendo assim, enxergar o que é realmente o governo e quem é o governante.

Partindo do pressuposto de que Cícero é considerado um dos maiores filósofos da Antiguidade, nota-se que, o pensamento ciceroniano está presente em muitos textos de autores modernos, como por exemplo, n' *O Príncipe* e na *História de Florença*. A influência ciceroniana é notória, sobretudo, no conceito de "*História Magister Vitae*". Essa ideia, quase assumida como um lema nos discursos filosóficos e políticos modernos permeia o conceito maquiavélico para a construção de um Estado adequado a época. A História torna-se, a partir de Cícero, um meio importante para se explicar os acontecimentos e as questões sociais e políticas. Em Maquiavel a História torna-se a legitimadora da potência de Florença, tão bem relatada no livro *História de Florença*. Tal como explica Bignotto: "Recorrer ao passado não era para Maquiavel uma maneira de se tornar mais culto ou erudito, mas uma forma de

*Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense e integrante do grupo de pesquisa: *Retórica e Política no Renascimento: reflexões sobre os textos de Coluccio Salutati, Leonardo Bruni e Nicolau Maquiavel*. Orientadora: Fabrina Magalhães Pinto, professora Adjunta do curso de História da UFF – Campos.

aprender com o exemplo dos que já haviam enfrentado o mesmo problema.” (BIGNOTTO, 2003: 13-14).

Seria, então, uma maneira de recorrer ao passado, já que a natureza humana é imutável e os fatos costumam se repetir, pois a partir da leitura dos autores antigos, como por exemplo, Cícero e Tito Lívio, poderia ser construído um conhecimento concreto e aplicado de maneira a não se questionar a veracidade da argumentação, uma vez que já se tenha inspirado nos clássicos. Logo a resolução para os problemas teriam, segundo Bignotto, “as mesmas ferramentas teóricas”. De forma a se aprender com os erros e procurar não mais cometê-los. (BIGNOTTO, 2003: 14).

Newton Bignotto explica o porquê de retomar a alguns autores da antiguidade: “Cícero e Tito-Lívio tinham uma importância crucial nesse contexto, pois serviam de modelo tanto no que diz respeito à narrativa dos eventos quando do que se podia aprender com eles.” (BIGNOTTO, 1996: 03).

O Príncipe, caracterizado como um manual de aconselhamento ao governante, como era de costume desde o período medieval, é um livro revolucionário, pois apresentou ao mundo um novo perfil de príncipe que rompia com os padrões de moralidade na política até então ditados pela Igreja.

De acordo com os manuais medievais o bom governo seria construído através da prática das virtudes cristãs e da boa fé. Consequentemente o bom príncipe seria aquele que seguisse fielmente os preceitos destes manuais, que eram carregados de concepções virtuosas cristãs. Ou seja, esperava-se que todo governante exercesse o poder de forma ética. Entretanto Maquiavel acreditava na incerteza da alma humana, que variaria de acordo com a necessidade apresentada ao indivíduo ao longo da vida, pois, não se pode apostar na certeza de que os homens agirão como planejado, temos que estar precavidos ao momento em que a sua natureza má se manifestará.

O homem medievalista estava fadado às ações e intempéries da vida terrena, de modo a não poder fazer nada para mudar a própria condição, já que nascera marcado e condenado pelo pecado. Não obstante a Igreja, instituição que exercia máximo poder espiritual e temporal, se fazia necessária nesse momento, pois a única maneira de amenizar as questões acerca da salvação da alma seria se cada indivíduo a reconhecesse como único meio

pelo qual o homem teria seus pecados amenizados ou perdoados. Este fato dependeria das condições estabelecidas pela Igreja para a remissão dos pecados, ou seja, os próprios religiosos instalavam os problemas estando neles a solução, tornando-se um círculo vicioso. Segundo Delumeau: “A indivíduos e sociedades pesaram as consciências e se sentiram culpados. Só o pecado pode explicar tantas desgraças.” (DELUMEAU, 1989: 60).

A Igreja, contudo, não controlava e ditava apenas os rituais e a vida cristã, ela interferia também na vida política. Esse fato foi notado e criticado por pensadores como Dante, Marsílio de Pádua e o próprio Maquiavel. Assim afirma Jean Delumeau: “Em face ao enfraquecimento da Igreja, e numa época em que os papas se comportavam muitas vezes como príncipes, as autoridades laicas ganharam cada vez mais consciência de suas responsabilidades religiosas.” (DELUMEAU, 1989: 74).

Dessa forma considero que o destino de cada homem, segundo Maquiavel, seria determinado pela vontade de cada um, pois já tendo culminado o Renascimento e a ideia do antropocentrismo, os indivíduos a partir de então, se considerariam sujeitos racionais e conscientes da própria existência.

Uma das argumentações para fundamentar a tese estaria baseada na essência do homem, afirmando que a natureza deste seria má e as relações entre eles tendiam a conflitos civis, segundo exposto no capítulo IX d’*O Príncipe*. No capítulo XVII, Maquiavel afirma que o homem seria um ser volúvel, dissimulador, ingrato e estaria sempre em busca do poder. Tão logo o autor, entra em conflito com diversos pensadores de seu tempo, como por exemplo, São Tomás de Aquino que, sendo um cristão, acreditava que todos os homens estariam sempre em busca do bem e, por natureza, tendem à paz, por serem, de certa forma, uma extensão de Deus. E até contra pensadores clássicos, como Cícero:

“De todas as injustiças, a mais abominável é a desses homens que, quando enganam, procuram parecer homens de bem.” (CÍCERO: 43.).

O Estado idealizado por Maquiavel caracterizar-se-ia na presença de um governante, forte e capaz de manter-se fielmente no poder, mediando com destreza os impasses civis. Esses conflitos são constantemente travados entre os grandes e o povo fazendo parte da vida pública de uma cidade, posto que são frutos da natureza humana irremediavelmente má e submetida às paixões e aos vícios. Ademais a ordem, o oposto ao caos iminente entre os

homens, seria em igual instabilidade, pois não perduraria. Segundo afirma Bignotto:“(…), para Maquiavel não existe poder que possa durar para sempre. As coisas humanas resistem apenas o tempo que lhes é possível, sendo em seguida corrompidas pelo efeito de sua própria natureza.” (BIGNOTTO, 2003: 23).

O autor Florence estabelecerá uma solução para esses conflitos: o governante. O governante deveria ser o responsável pela mediação dessas divergências sociais, pois caberia a ele ter a capacidade de atender às necessidades de ambos os interessados. O príncipe representa o poder político, fruto da necessidade humana, e tomado por esse poder mediará os conflitos, que nunca cessariam uma vez que os homens, entre si, estão sempre em discordância.

Não obstante, Maquiavel, em momento algum afirmara que o homem, em todas as situações, seria movido pela maldade, até porque o ser humano, para estar em sociedade, não poderia agir de forma irracional, movido somente pelas paixões. Na verdade o que autor estava demonstrando no livro *O Príncipe* era que, no jogo político, não se deve supor ou esperar que os homens ajam como planejado.

À necessidade de exemplo, o autor Florence, apresenta no capítulo VII os problemas dos principados novos, que seriam os estados formados a partir da conquista de novos territórios ou adquiridos por herança e que, ironicamente, logo eram perdidos. Diferentemente dos principados formados há mais tempo e que se beneficiavam da tradição e dos costumes, dos quais poderiam inspirar-se, adquirindo conhecimento para manterem-se no poder.

De certo uma coisa é ter a força de um exército e outra bem diferente é saber manobrar e administrar uma cidade. Maquiavel interverá nessa questão apresentando aos recentes e frágeis príncipes como poderiam se transformar em prósperos e resistentes, alcançando a riqueza, a fama, a honra e a glória. Segundo ele: “Tais homens se mantêm no poder simplesmente pela vontade e pela sorte favorável de quem lhes outorgou o Estado, as quais são duas coisas grandemente volúveis e instáveis; e não sabem e não podem manter sua posição.” (MAQUIAVEL, 2006; 61).

Não se deve confiar simplesmente no “valor” ou na “boa sorte” o homem que deseja vir a adquirir o poder. Como exemplo Maquiavel toma César Bórgia, popularmente conhecido como Duque Valentino, e Francesco Sforza, sendo que priorizarei discorrer acerca do

primeiro. O duque adquiriu o poder a partir das graças do pai, futuro papa Alexandre IV, que manobrando politicamente para fins próprios conseguiu um Estado para que o filho governasse.

Durante toda sua empreitada, César Bórgia fora bem sucedido. Usara sabiamente das oportunidades que lhe foram apresentadas. Teve a cada um de seus lados a Fortuna e a *virtú*, tais termos serão explicados no decorrer do texto. Fora astuto nas alianças feitas, nas batalhas promovidas, ou seja, na trama política. De forma que, à vista de Maquiavel, tenha se tornado um grande homem, tal como demonstra: “(...) julgo um dever apresentá-lo, como o fiz, como modelo a ser imitado por todos os que chegaram ao poder pela sorte ou pelas armas alheias.” (MAQUIAVEL, 2009: 48).

Entretanto, após a morte do pai, o duque viu-se perdido, pois, além da saúde frágil, uma série de eventos aconteceu desfavorecendo sua boa sorte; desde batalhas perdidas até o renascimento de antigos inimigos, como os Orsini. O golpe fatal veio na escolha do papa. Ao fazê-lo erroneamente, César Bórgia assinou sua derrota final.

No caso de Bórgia, ele estava muito dependente da boa sorte do pai, que lhe apoiava nas empreitadas, de forma que Alexandre IV veio a falecer cinco anos depois que o filho começara as conquistas, deixando o duque em xeque no meio de batalhas e tendo que enfrentar uma grave doença. César Bórgia foi o exemplo máximo de Maquiavel, pois o duque representava os novos príncipes que encontravam problemas para governar, por estar lidando com um principado recém-adquirido.

Segundo o nosso autor apresenta no capítulo VII, o duque Valentino teve a deusa fortuna ao lado e nela depositou muita fé e consequentemente acabou por arruinar-se, deixando de lado a *virtú* estritamente necessária a um governante que desejasse manter-se no poder de forma gloriosa. Para Maquiavel, o príncipe deve ser sábio nas suas escolhas, deve ter, principalmente, astúcia afortunada, como bem afirma no capítulo IX. Na sorte não reina todo o poder de um príncipe. Deve-se, demonstra Maquiavel, ter equilíbrio entre a fortuna e a *virtú*, sendo esta última a maior qualidade de um governante. Pois a *virtú* não é volúvel como a Fortuna, que abandona o homem quando este não a satisfaz mais.

Ou seja, os novos príncipes e mesmo muitos daqueles que já estavam no poder a mais tempo iludiam-se em pensar que manteriam um reino simplesmente pelo uso da força ou da boa sorte.

“O exemplo do Duque não era o de um ser acima das potencialidades humanas, mas o de alguém que soube aproveitar a ocasião que lhe foi oferecida pela sorte para galgar os degraus do poder que se apresentaram para ele. Mesmo assim foi tragado pela força da contingência.” (BIGNOTTO, 2003; 24).

Segundo Maquiavel, alguns governantes que herdaram ou conseguem o poder facilmente por intermédio da fortuna confiam muito na estabilidade das coisas humanas e não se preparam corretamente para as diversas situações que a vida pode apresentar. Cometiam, assim, erros que poderiam ser evitados caso desenvolvessem a *virtú* que lhes era necessária. Tal como afirma Skinner: “Maquiavel aqui apresenta a *virtú* do governante como uma força espantosamente criativa, a chave para que ele ‘mantenha seu estado’ e se capacite a esmagar seus inimigos.” (SKINNER, 1996; 146).

Então o que seria a *virtú* para Maquiavel? Por que a Fortuna em consonância com a *virtú* faria um príncipe comum e propenso à fatídica ruína ser um príncipe bem sucedido em seu governo? Ética e política estariam correlacionadas?

Em relação à *virtú*, Bignotto afirma: “A *virtú*, (...), diz respeito à capacidade do ator político de agir de maneira adequada no momento adequado.” (BIGNOTTO, 2003: 24).

A *virtú* tão importante para Maquiavel era as virtudes necessárias a um príncipe para que este pudesse exercer seu poder de forma plena e gloriosa. Em oposição a Santo Agostinho, o qual afirmava na obra *Cidade de Deus*, que o homem só poderia alcançar as virtudes através de Deus, através da busca da graça divina, Maquiavel afirmava n’*O Príncipe*, que este poderia alcançar a *virtú* por si próprio.

Importante ressaltar neste artigo que a *virtú* descrita no livro é diferente, por exemplo, das virtudes cardeais tão tradicionalmente trabalhadas pelos autores precedentes a Nicolau Maquiavel. As virtudes cardeais advindas de Platão são: a virtude da Prudência, da Temperança, da Fortaleza d’Alma e da Justiça. Não obstante o autor não deixa de concordar com Platão nesse ponto, mas acrescenta o sentido particular de *virtú*, que já foi explicado anteriormente.

Para Maquiavel, a *virtú*, não estaria inteiramente relacionada a valores cristãos, ou seja, o príncipe deveria estar disposto a usar de meios ilícitos também, para manter-se no poder. Logo, se fosse necessário, por exemplo, que o príncipe enganasse, então, este deveria fazê-lo, tal como o autor demonstrou no capítulo XVIII. O príncipe deveria fazer com que o povo acreditasse nele e lhe fosse fiel sempre, mas não poderia esquecer-se de usar sua astúcia, pois uma coisa é persuadir o povo e outra bem diferente é mantê-los crentes nas palavras do príncipe.

Entretanto, afirma Skinner, que no livro de Maquiavel, o príncipe não deve abandonar as virtudes principescas tradicionais que a ele lhe convinham, pois seria muito sábio o príncipe que as possuísse e conseguisse usá-las. Tão logo bem aventurado aquele governante que conseguisse agir em conformidade com a ética e a moral cristã do seu tempo em equilíbrio com as necessidades da política, conseguisse desvincular sua cristandade da realidade conflituosa humana.

Entende-se, portanto, que a *virtú*maquiaveliana não diz respeito fazer somente o bem, mas sim, em saber agir de acordo com as circunstâncias, não se privando, o príncipe, dos vícios para alcançar seus objetivos. Tal como Maquiavel afirma no capítulo XV: “E é que, se se considera bem tudo, pode-se dar com algo que parecerá virtude e que, praticado, conduzirá à ruína; ou com outra coisa qualquer que parecerá vício e que, praticada, proporcionará a segurança e o bem-estar do príncipe.” (MAQUIAVEL, 2006: 102).

De modo algum a frase “*os fins justificam os meios*”, que tanto foi associado a Maquiavel caberia nessa teoria. Posto que ele não tenha apresentado um Estado formado sobre as ideais de um príncipe vituperado e desprovido de moral.

No trecho a seguir, presente no livro *Discursos do Segundo Tratado de Tito Lívio*, Maquiavel afirma que os homens não saberiam comportar-se mediante determinada situação, pois não teriam a capacidade de usar a *virtú* para mediar as necessidades singulares do jogo político. Noutras palavras, num momento de guerra, por exemplo, caberia ao governante a decisão de como agir, ou seja, se se fizesse necessária a utilização de meios “ilegais”, não morais, que fosse feito, então com honra: “(...) mas concluiu-se que os homens não sabem ser maus com honra nem bons com perfeição, e que, quando uma maldade tem em si grandeza ou é parcialmente generosa, eles não sabem praticá-la.” (MAQUIAVEL, 2007: 90).

A *Fortuna* era uma deusa romana da sorte e da esperança. Era geralmente representada com os olhos vendados, demonstrando a sua imparcialidade ao distribuir os bens aos homens.

A representação da deusa é muito usada ao explicar a sorte apresentada no livro *O Príncipe*. De modo que a sorte, em Maquiavel, poderia ser favorável ao governante ou não, pois ela é efêmera e inconstante, pois as coisas humanas são passíveis de mudança a todo o momento. Não obstante a sorte é um bem necessário a todo príncipe que deseja conquistar e manter-se forte no poder. Tal como diz Bignotto: “A *fortuna* aparece sempre como uma força que não pode ser inteiramente dominada pelos homens. Num mundo sujeito a movimentos constantes, ela representa o elemento de imponderabilidade das coisas humanas.”. Contudo, os erros cometidos pelos príncipes novos é exatamente acreditar em demasia na Fortuna e não ter a capacidade de exercer a *virtú*, faltando a virtude da astúcia, indispensável, para que o governante possa realizar suas decisões. (BIGNOTTO, 2003: 26).

Pode-se uma hora estar no vento a favor da boa sorte e num momento seguinte ser derrubado pela má sorte, uma vez que os homens não tendem a acompanhar a rapidez com a qual a deusa Fortuna age em proveito próprio. De forma a não haver homem algum que, agindo com parcimônia, não esteja na possibilidade de arruinar-se. Afirma Maquiavel no capítulo XXV:

“(...) o príncipe que se apoia inteiramente na sorte arruína-se quando ela varia. Creio, ainda, que é feliz aquele que rege a sua maneira de proceder de acordo com as circunstâncias e, a par, é infeliz aquele cujo procedimento discorda das circunstâncias.”. (MAQUIAVEL, 2006: 144).

Entretanto, afirmar que a Fortuna é sempre destrutiva ou sempre benevolente significa afirmar que se conhecem seus desígnios, o que não seria verdade. Segundo Maquiavel no capítulo XXV: “Não obstante, para não descartar inteiramente nosso livre-arbítrio, creio que se pode admitir que a sorte seja árbitra da metade dos nossos atos, mas que nos permite o controle sobre a outra metade aproximadamente.” (MAQUIAVEL, 2009: 131).

Segundo Maquiavel, na política não se trata em ser ético ou não. Questionar-se a respeito da ética não cabe na trama política a partir do momento em que os valores cristãos possam suprimir do príncipe a capacidade de discernir o que seria mais cabível na decisão das próprias ações visando o poder, pois a ele cabe, indubitavelmente, manter-se no poder; e

deverá, assim, fazê-lo. Todavia a ética aqui dita se trata daquela tradicional, imbuída de valores morais cristãos. Tal como aponta Bignotto:

“Ética e política dissolvem seu casamento eterno, mas continuam a conviver na arena dos negócios humanos. Cabe ao príncipe saber escolher o que o fará atingir seus objetivos a que se destinou, sabendo que caminhará para a ruína se continuar a agir apenas segundo os manuais de moral.” (BIGNOTTO, 2003: 32).

Ademais, Nicolau Maquiavel prioriza analisar os valores morais na “esfera política” (BIGNOTTO, 2003: 31) de forma a estabelecer uma nova concepção aquém das discussões acerca da ética tradicional, mas sem abster-se dela. Na qual traz à tona o príncipe cada vez mais afastado da figura de divindade, diferentemente do que se acreditava naquele período, no qual os governantes eram virtuosos e escolhidos por Deus e, portanto, estavam mais próximos a Ele. Uma vez que o autor apresentara o governante como um homem tal como seus súditos, à mercê da inconstância das coisas humanas.

Entretanto, Maquiavel entendia que o governante deveria ter qualidades específicas que satisfariam as necessidades do governo, sendo ele um homem público. Essas qualidades são aquilo que o autor Florence chamou de *virtú*: uma virtude política que, segundo Limongi: “(...) consiste na capacidade de criar e respeitar as instituições necessárias ao convívio comum.” (LIMONGI, 2006: 67).

As medidas tomadas pelo príncipe no governo devem ser bem vistas, entretanto ele não deve ser ético, no sentido tradicional, caso seja necessário tomar alguma medida visando atingir seus objetivos. Todavia esta atitude poderá frustrar muitas expectativas postas sobre ele. Segundo Limongi: “O que é bom ou mau segundo a ‘verdade efetiva’ é o que de fato contribui para a estabilidade da vida pública e não os comportamentos que são esperados do príncipe segundo a avaliação e as expectativas de seus governados.” (LIMONGI, 2007: 77).

Não se trata, n’*O Príncipe* da ética que conhecemos pautada no bem cujo sujeito que a pratique possua qualidades boas e exemplares. Maquiavel, então, nos chama a desmistificar essa ideia, uma vez que é impossível haver na política uma ética pautada nas virtudes tradicionais unicamente. Dessa forma explica Limongi: “(...) os valores estão sujeitos à disputa, sendo a arena política justamente aquela em que essa disputa pode se dar de maneira ordenada e civil.” (LIMONGI, 2006: 67).

Assim, afirma no livro *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* acerca da capacidade dos príncipes em exercer o poder:“(...) há e houve muitos príncipes, mas bons e sábios houve poucos: falo dos príncipes que conseguiram desembaraçar-se dos freios que poderiam corrigi-los, (...)” (MAQUIAVEL, 2007: 167).

Maquiavel descontrói o exemplo de governante que estava abaixo das leis religiosas e morais, que deveria ser prudente, desconhecendo a força da eventualidade das ações com a probabilidade aparente de ser tragado pela fúria da Fortuna. Consequentemente apresenta o príncipe capaz de burlar as inconstâncias da vida, cuja *virtú* seria passível de conformidade com a fortuna, de modo a não ser tragado pela deusa e arrastado para o declínio fiando-se na “verdade efetiva” das coisas, abstendo-se de propor ou idealizar um ser humano ético na política e de índole imparcialmente cristã.

REFERÊNCIA:

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel**. RJ: Zahar. 2003.

BIGNOTTO, Newton. “*Maquiavelhistoriador*” In: **Revista USP**. SP (29): 182. Março/ Maio de 1996.

CÍCERO, Marco Túlio. **Dos Deveres**. Tradução de João Mendes Neto. SP: Saraiva.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da reforma**. Tradução de João Pedro Mendes. Livraria Pioneira. SP: 1989.

LIMONGI, Maria Isabel. *Ética e Política n’o Príncipe de Maquiavel*. In: **Seis Filósofos na Sala de Aula**. Vol. 2. SP: Berlendis & Vertecchia: 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução de MF. 1ª edição. Martins Fontes. SP: 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução de Antônio D’Elia. SP: Cultrix. 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe** – Comentado por Napoleão Bonaparte. Tradução de Pietro Nasseti. 8ª edição. Martin Claret. SP: 2009.

SKINNER, Quentin. “*A era dos príncipes*” In: **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. Companhia das Letras. SP: 1996.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL